

Notas e informações

Democratas cedem terreno

Legal ou não, o *lobby* campeia no atual Congresso Constituinte; e o mais forte, dentre os muitos grupos de pressão organizados para extrair dos parlamentares reunidos em Brasília disposições inseridas na Carta que será promulgada neste ano, não pertence a empresa especializada nem é financiado por alguma multinacional: é o que se compôs por conta de um Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, representante das mais atuantes entidades sindicais do País. Esse Diap recorre a voluntários para abordar senadores e deputados — e de que exercita com vantagem a atividade a que se dedica *prova-o* o fato de que conseguiu fazer aprovar todas as suas 38 reivindicações, incluídas no texto final que a Comissão de Ordem Social encaminhou à Comissão de Sistematização. Com sabedoria que deveria inspirar outros interessados em influir na redação do corpo da Lei Magna, os sindicalistas só se movimentam para atuar nos pontos de consenso entre as entidades que se cotizarão para acionar o Diap. Que lição para as entidades empresariais, nas quais nem sequer houve preocupação em alcançar consenso, ainda que sobre questões meramente adjetivas! Provaram sua inapetência para influir nos destinos do País!

Não é só. O *lobby* poderoso que é objeto deste comentário operou praticamente desde 1983, institucionalizou-se em 1984 e orientou até eleitores, recomendando-lhes candidatos que deveriam ser sufragados. Prepara-se agora para arregimentar dez milhões de assinaturas, apoiando emenda sobre direitos trabalhistas; e, enquanto vai *curtindo* suas vitórias, joga com gente reconhecidamente hábil, capaz de entender que o desempenho satisfatório da *tarefa* exige que jamais se intimidem constituintes em plenário. Em suma, uma lição de sabedoria que apenas os que buscam o poder podem permitir-se o luxo de ter, porque quem já galgou patamares mais altos dificilmente revela tamanho *animus ascendendi* e se limita a manter posições, não raro com ex-

trema inabilidade. Outra lição a recolher, portanto.

O Diap não esgotará, com a promulgação da nova Lei Fundamental, o ambicioso estoque de metas que se fixou. Terá desdobramentos em 1988, quando — partindo de posições de força solidamente estabelecidas, até mesmo na Constituição — se adestrará para influir na sucessão presidencial. É certo de que o beneficiou o malogro do Plano Cruzado, mas a verdade é que os êxitos que registra decorrem sobretudo de apurada consciência tática. Que lhe importou a alteração do relatório que o senador Severo Gomes subscrevera na Comissão de Economia, na qual os moderados obtiveram a aprovação de outro relatório, apto a consagrar a liberdade de empreender? Como acentuar um parlamentar de esquerda, na Comissão de Economia havia poucos preocupados com problemas sociais, porém no âmbito da de Ordem Social a nota dominante foi a defesa das teses *progressistas* — de resto bem-sucedida.

Trata-se pois de agir com competência. De um lado, colocam-se a habilidade, o engenho, a sagacidade, o conhecimento dos parceiros e dos adversários, de que se têm informações minuciosas e exatas, sob um espírito de unidade de ação que reflete o poder de congregar pontos de vista essenciais e lutar por eles até que sejam aceitos. De outro lado, o contingente amorfo dos que podem mesmo perfilhar as melhores causas por estimar a liberdade, mas não denotam espírito associativo e talvez se dediquem apenas a pelejar para preservar-se e julgam que a formação de um batalhão em quadrado impedirá mal maior. Que haverá por trás da ineficiência e da timidez exibida por esse contingente? Complexo de culpa? Curteza de vistas? Como explicar o placar que corresponde à goleada da corrente esquerdo-estatizante, a avançar devagar e sempre, perdendo no acessório para ganhar no principal? Em que medida tudo isso pode ser debitado à cupidez dos responsáveis por outros *lobbies*, mais interes-

sados em *faturar* do que em servir, pelo simples motivo de não se fillarem a causa alguma ou ter apenas uma causa, de natureza pragmática, imediatista, que se consumirá com o encerramento dos trabalhos da Constituinte?

Parece que, no fundo, na origem dos esforços desenvolvidos pelo Diap e pelos que contra ele se batem, em desordem, em vantagem, levando a pior, o que se põe é um problema de ideal. Não importa agora saber se bom ou mau, justo ou injusto, legítimo ou ilegítimo. Mas em toda parte, sempre, quem se traçou objetivos e se dispôs a conquistá-los pôde galvanizar energias e soube como empregar com utilidade as armas de que dispunha. Outro fator importante é a vocação para a unidade, a qual impede a dispersão de esforços e enquadra o grupo de combatentes no regime adequado a assinalar o avanço que se extrai da coordenação de movimentos em ritmo certo. Escasseiam ideais aos democratas para se impor no Congresso Constituinte? Talvez lhes falte ambição ou certeza de que suas razões são válidas? O certo é que não se entendem e ficam inferiorizados na relação de forças que se estabeleceu — com o que, perdendo a vantagem da iniciativa, estarão condenados a defender-se ou justificar-se, nunca a abrir espaço de manobra, recuperar o terreno perdido; muito menos, claro, a predominar.

É possível reverter essa expectativa? Sim, mas não é provável. As lideranças não surgem, não há entendimento nem consciência da gravidade do momento. Recomenda-se a tentativa de agrupamento em torno de propósitos, não de pessoas. O centro está afundando sobretudo porque se volta para o poder constituído sem perceber que a autoridade que o exerce falha. Que tal formular uma declaração de princípios e buscar realizá-los? Se não for assim, o resultado é o que se delinea — e quantos prezem a dignidade da pessoa perante o Estado que ambiciona encilhar a sociedade e, definitivamente, submetê-la, não terão por que festejá-la.